

**CIDADE REMODELADA: OS CONFLITOS SOCIAIS NO  
MERCADO MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG**  
*RESHAPED CITY: SOCIAL CONFLICTS AT  
MUNICIPAL MARKET OF POUSO ALEGRE/MG*

*Ana Eugênia Nunes de Andrade*<sup>1</sup>  
*Andréa da Silva Domingues*<sup>2</sup>  
*Fernando Henrique do Vale*<sup>3</sup>

**Resumo:** Os políticos locais e os discursos da imprensa reproduziam desde a década de 50 que os espaços centrais de Pouso Alegre clamavam por uma melhor visibilidade, e as críticas da imprensa eram direcionadas à higienização dos prédios públicos e à estética. A cidade aos poucos vai se modificando e passa a ser pautada pela máxima do paraíso desenvolvimentista da república ditatorial. Com esse espírito, mais uma vez o prédio do Mercado Municipal é demolido, reformado, e conseqüentemente, inaugurado como uma obra funcional e modelar, alterando a rotina dos trabalhadores e frequentadores do local.

**Palavras-chave:** Cidade. Imprensa. Urbanização.

**Abstract:** The local politicians and the press speeches reproduced from the 50's that the central spaces of Pouso Alegre clamored for better visibility and criticisms of the press were directed to the cleaning of public buildings and the aesthetics. The city was gradually being modified and happened to be based on the developmental paradise of the dictatorial republic. With this spirit, once again the Municipal Market building is demolished, rebuilt and opened as a functional and styling work, changing the routine of employees and regulars.

**Key words:** City. The Press. Urbanization.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí/MG. Professora do Departamento do Curso de História na mesma universidade.

<sup>2</sup> Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora do Curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí/MG.

<sup>3</sup> Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais no período de 2010-2011, integrante do Programa de Iniciação Científica da Universidade do Vale do Sapucaí/MG. Acadêmico do Curso de História na mesma universidade.

As discussões historiográficas sobre cidade, urbanização e relações sociais ganham mais impulso também com as novas abordagens da História Nova. Entendemos a cidade como um espaço vivo, que se movimenta e se modifica. A cidade é compreendida como produto de mudanças feitas pelo ser humano, tomando as mais diversas formas de acordo com os padrões de cada época. Devemos pensar os espaços urbanos,

procurando perceber como se foram estruturando, dimensionando seus momentos de transição, traçando sua evolução urbana, com vistas a eleger os espaços, marcos e monumentos explicadores daquele chão. Marcos significativos dos vários agentes que aí atuaram, procurando registrar não a memória do apogeu, mas das transições, dos momentos revolucionários, dos silêncios intencionalmente soterrados, das persistências e das rupturas (MARTINS, 1994, p.180).

O espaço da cidade pode ser entendido como um lugar em que os sujeitos e interesses plurais, públicos ou privados, coexistem, onde as histórias são marcadas pela transitoriedade e deslocamentos contínuos de sentidos, intrínsecos à modernidade capitalista na guerra de símbolos que se trava entre diferentes classes sociais. As práticas em torno dela trazem consigo toda uma rede de representações, de memórias que se entrelaçam construindo o saber e a visão de mundo que envolve os diferentes sujeitos.

Tido como um espaço público da cidade, o Mercado se torna, mesmo não sendo oficialmente, um patrimônio cultural do município<sup>4</sup>, por fazer parte das muitas memórias e das disputas que circundam ou participaram daquele espaço. “O patrimônio cultural materializa e torna visível o sentimento evocado pela cultura e pela memória e permite a construção das identidades, fortalecendo os elementos das origens comuns” (CANCLINI, 1994, p.100). Na perspectiva da presença de diversos sujeitos em um mesmo espaço, compreendemos que o patrimônio não é algo obsoleto, vindo de um passado remoto, mas sim espaço de memória, de conflitos.

---

<sup>4</sup> Podemos aqui fazer algumas distinções sobre bens patrimoniais. Etimologicamente, patrimônio é algo que vem da herança do pai, riqueza. Podemos identificar como patrimônio: a vida, o corpo, a linguagem, os sonhos, as histórias, assim como a arquitetura, o artesanato, a música, a literatura etc. Podemos assim dividi-lo em duas categorias: Patrimônio Ambiental Urbano – sendo um fato social, produto de uma sociedade específica. Compreende lugares, bens imóveis, monumentos e vivências. A memória social está diretamente ligada ao patrimônio ambiental a qual se projetam as representações da cidade. Patrimônio Cultural: é a soma dos bens culturais de uma comunidade ou grupo. É o conjunto de bens culturais portadores de valores que podem ser legados às gerações futuras. Existem as seguintes categorias: a) *Bens intangíveis*: os que não podemos pegar – celebrações, ritos, fazeres etc; b) *Bens tangíveis*: bens imóveis e móveis – igrejas, casas, espaços urbano, etc. c) *Bens naturais*: Bens da natureza – serras, picos, parques, rios etc.

Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o estado e os movimentos sociais. As contradições no uso do patrimônio têm forma que assume a interação entre estes setores em cada período (CANCLINI, 1994, p.100).

Devemos ter em mente que precisamos “garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro do vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural” (LEMOS 2006, p.29).

Atualmente se discute muito sobre questões de preservação patrimonial, entendendo os espaços como “lugares de memória”, onde se constitui a formação identitária de uma sociedade.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da história. Momento de articulação onde a consciência de ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória por que não há mais meios de memória (NORA, 1993, p.7).

Percebemos a necessidade da preservação da memória como forma de reconstituição de si mesma, uma memória viva e dinâmica, expressa na constituição de grupos e de uma sociedade. Nora enfatiza os lugares da memória como “restos” que procuram testemunhar outra era. “Nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, por que essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p.7). Notamos que os lugares da memória estão ligados a uma ritualização, ou seja, uma rede simbólica que os permeia, permitindo a cada um que realize o exercício de lembrar, concebendo assim a história como um exercício que aglutina passado, presente e futuro.

Nesse sentido, surge a necessidade de se manterem e preservarem os bens patrimoniais de uma cidade, que assim constituem o espaço público, e respectivamente estamos preservando nossa memória e o patrimônio histórico.

(...) é tudo aquilo que lembra um fato, ou uma época de nossa história, e que por isso merece e deve ser preservado. O patrimônio está dividido em três grandes categorias de elementos. Primeiro, notam-se os elementos pertencentes à natureza e ao meio ambiente. O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, as técnicas, ao saber e ao fazer. E o terceiro grupo reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer (SILVA, 1990, p. 25).

Neste estudo analisamos os discursos presentes nas políticas desenvolvimentistas do Brasil, marcadas pela década de 50, dando enfoque nas políticas higienistas e nos discursos políticos da imprensa local, reproduzindo um maior zelo pela imagem dos espaços públicos da cidade. Já no que diz respeito à tomada do poder pelos militares, em 1964, buscaremos entender as mudanças promovidas neste governo e como foram exercidas em Pouso Alegre através dos discursos dos jornais. Aos poucos, a cidade apagava os velhos moldes para se despontar em um futuro, mas, as marcas do rural estão presentes na realidade social, embora a normatização e a regulamentação das memórias dominantes apontem para um lugar onde as reformulações urbanas levariam a cidade a um paraíso civilizatório das repúblicas. Percebemos também os conflitos dos sujeitos sociais ao redor do Mercado Municipal.

Pouso Alegre, no início dos anos 50, contava com a estimativa de 28.731 habitantes, sendo que 15.000 habitavam o espaço urbano e 9.000 a zona rural. Em 1955, há uma queda para 22.224 pessoas devido à emancipação de Congonhal, antes distrito de Pouso Alegre. A maioria da população habitava o ambiente rural, com 14.806 e o espaço urbano constituído por 12.509 habitantes (ARAÚJO, 2012, p.40). O aumento de construções de casas na área central e as novas formas que a cidade foi tomando deixaram para trás o estilo arquitetônico francês adotado pela antiga república.

A população em geral possuía 135 automóveis comuns para passageiros (incluindo jipes e camionetas), 105 tratores, 6 motocicletas, entre outros. Em relação à tração animal, eram em número de 180 charretes, 194 carroças e 410 carros de bois. Os laços de ruralidade eram mantidos fortemente nas questões do espaço público e da economia. Porém, a cidade aos poucos se constituía nas construções e remodelações, podendo denominar-se “urbanidade no rural” (NUNES, 2009, p.6).

Para nós não se trata do fim do rural destruído pela urbanização homogeneizadora (...) chamamos a atenção para o processo de desenvolvimento do capitalismo que se dá de maneira desigual no espaço. (...) O rural, ao guardar especificidades das práticas espaciais de suas populações, garante (e, em alguns casos, fortalece) a identidade territorial que, mesmo submetida às lógicas difundidas a partir da cidade, ainda permite a essas populações uma certa autodeterminação (RUA, 2002, p. 33-34).

A economia do município se constituía especificamente sob as atividades agropecuárias em conjunto com a indústria rural, principalmente na criação de rebanhos bovinos. Já os principais ramos industriais se constituíam pela produção de latas brancas e litografadas, guarda-chuvas e sombrinhas, plantadeiras de arroz, calçados para homens e senhoras, sandálias em geral, banha de porco e seus derivados, laticínios em geral, vassouras de piaçava, móveis em geral, selas e arreios para montaria, sabão e saponáceo, bebidas em geral, massas alimentícias, doces, mortadela e presuntos, material para construção, artefatos de ferro e outros.

Mesmo com os aspectos de ruralidade, aos poucos Pouso Alegre, nos discursos dos políticos e da imprensa, procurava se engajar nos ritmos desenvolvimentistas do País. Desde o final da década de 30 era costumeiro lerem-se em jornais matérias relacionadas à administração pública como: “Pouso Alegre sua beleza, seu progresso, sua administração”<sup>5</sup>, “Marcha para o progresso”<sup>6</sup> ou até mesmo “Pouso Alegre em marcha acelerada para o futuro”<sup>7</sup>. Que progresso seria esse que tanto os políticos e as classes dominantes almejavam? Uma cidade modelo e funcional, afastando aos poucos tudo o que representava “atraso”?

Os aspectos rurais começam a ser realmente criticados pela imprensa a partir do fim da década de 50. Nessa época, Pouso Alegre começa a receber o transporte de circulares urbanos e também regionais. A coluna Respingos do Jornal “Informativo Pousoalegrense” foi uma das propulsoras desta crítica. Percebemos um tom elitizado, a favor do progresso e do embelezamento da cidade. Em um primeiro momento, chama-se a atenção dos poderes públicos para uma *fiscalização rigorosa com a chegada dos ônibus, ante a balbúrdia e perigo que oferece o atropelo dos charreteiros e meninos desocupados, para os passageiros*<sup>8</sup>. Na visão do jornal, os charreteiros e os meninos desocupados eram um entrave para os denominados avanços da cidade, devendo ser

---

<sup>5</sup> O Linguarudo, Ano I, nº 51 e nº 52, 08 de outubro de 1939.

<sup>6</sup> Informativo Pousoalegrense, número especial, dezembro de 1957, p. 5

<sup>7</sup> Id, p. 67.

<sup>8</sup> Informativo Pousoalegrense, Ano II, nº IV, p.5.

ocultados do espaço urbano, pois o *campo é associado a uma imagem do passado, enquanto a cidade era a visão do futuro, o retrocesso versus o progresso* (NUNES, 2009, p.9).

Esse desejo de progresso sempre esteve presente na mentalidade de uma classe elitizada da cidade, porém, quando transmitido nas páginas dos jornais, passava-se a ideia de que uma cidade toda era transformada por esses moldes. No entanto, a área central, onde se concentravam as famílias tradicionais e o comércio, era o foco das atenções das administrações que passavam. O comércio, *sentindo o progresso crescente de nosso desenvolvimento e a fluência de pessoas das cidades vizinhas em busca de novidades, vem construindo belas vitrines*<sup>9</sup>, em princípio no intuito de elevá-lo e promovê-lo como também *contribuir com a abundância de luzes para o embelezamento de nossa principal área comercial e bela AVENIDA DOUTOR LISBOA*<sup>10</sup>.

Percebemos uma situação conflituosa: de um lado uma classe comerciante da cidade que influencia diretamente os políticos; e de outro aqueles que ganham a vida informalmente, trabalhando na condução de pessoas utilizando-se de suas charretes, e aqueles que são excluídos da sociedade, os pobres que mendigam para sobreviver, que deveriam ser afastados, considerados fatores de incômodo. Aos pedintes, faz-se o questionamento: *A quem cabe reprimir a mendicância na cidade?*<sup>11</sup> Chama-se a atenção da administração para que se acabe com a prática da mendicância, pois na visão do jornal, Pouso Alegre *virou terra de ninguém e dia a dia aumenta o numero de pedintes*<sup>12</sup>. A ideia que a notícia nos passa é que a cidade está sendo de certa forma dominada pelos pedintes, chegando a denominá-los como “ninguém”, pessoas à margem da sociedade, sendo necessário *colocar-se um paradeiro nisso, evitando-se que cheguem a nossa cidade novos mendigos*<sup>13</sup>. Para um maior controle da administração, chega-se a sugerir que se efetue um *fichamento dos existentes e permitindo o esmolar apenas aos possuidores de placas de identidade e isto só aos sábados*<sup>14</sup>.

Para a ordem pública, as charretes e os animais tumultuavam o trânsito na área central, trazendo certas insatisfações por parte dos motoristas, enquanto também se percebia o descaso da administração pública com as placas de sinalização. Contudo, o

---

<sup>9</sup> Id, loc. cit.

<sup>10</sup> Id, loc. cit.

<sup>11</sup> Id, loc. cit.

<sup>12</sup> Id, loc. cit.

<sup>13</sup> Id, loc. cit.

<sup>14</sup> Id, loc. cit.

periódico “O Linguarudo”, encerrando uma de suas matérias sobre certos problemas na cidade, adverte sobre a questão da limpeza do espaço urbano questionando a Delegacia Sanitária do porquê de *não acabar com os cortiços em pleno centro da cidade*<sup>15</sup>, “utilizando-se de discursos higienistas para que se tomem imediatas providências: a chocante privada do Mercado Municipal, o mictório do Pateo [sic] da Prefeitura, o mictório do Cine Eldorado”. E continua o periódico, apontando mais um problema relacionado agora aos animais, pedindo atenção para o “estirar de bandas de porcos no corredor de entrada do Mercado Municipal, com a promiscuidade de cães e outros bichos, entre os gêneros alimentícios”<sup>16</sup>. Fica o principal questionamento da matéria: “Por que a Delegacia Sanitária não acaba com esta demonstração clara de falta de higiene e ausência de fiscalização?”

O que nos chama a atenção são os “cortiços” que tiram a beleza da cidade. Recebem essa denominação os espaços desprovidos de certo asseio higiênico exigido pelos moldes governamentais e discursos da época. Dentre tais espaços nos deparamos com o Mercado Municipal, sendo um dos mais criticados na época, por estar no centro da cidade em situações inviáveis. O discurso político da época nos deixa claro que “as propostas de intervenção no traçado das cidades constituem a dimensão complementar das preocupações sanitárias das autoridades públicas” (BRESCIANNI, 1998, p.251). O “Informativo Pousoalegrense” destaca a situação em que se encontra o “mictório” do Mercado Municipal, sendo grande parte do assunto da imprensa falada e escrita de Pouso Alegre. Naquele espaço, “em contraste com tudo o que diz respeito à higiene, está o exalador de mau cheiro, servindo dos mais tristes e injustificados comentários, por que servindo de instrumentos prejudiciais à coletividade”.

Percebemos que a imprensa e os políticos enfatizavam em seus discursos a importância de uma cidade organizada e limpa, mantendo a imagem de um espaço harmônico, em uma cidade que aos poucos vai se urbanizando, constituindo-se assim “um espaço moderno (...) com a adoção de estilos adequados para expressar visualmente a modernidade” (BRESCIANNI, 1998, p.255).

Com o processo de urbanização da cidade, o entorno do Mercado ganha uma nova aparência. Por meio de imagens conseguimos perceber tais transformações, a fim de se desenvolver uma narrativa, construindo a memória e o esquecimento desse urbano, jogando com a visibilidade e invisibilidade dos traços da cidade (POSSAMAI, 2007, p. 60).

---

<sup>15</sup> O Linguarudo, Ano XX, nº 257, p.3, 25 de dezembro de 1957.

<sup>16</sup> Id, p. 3.

A cidade sofreu algumas transformações durante a década de 50. A Praça do Obelisco toda remodelada, e o calçamento tomou o lugar do chão de terra. Notamos a presença de mais residências, formando-se assim um novo centro da cidade. Tais construções delineavam uma nova imagem da cidade.

O aspecto majestático dessas construções, bastante diversas em suas formas e materiais, reunindo com frequência estilos de várias épocas e lugares (...) sugerindo assim primordialmente o poder da burguesia, um poder que deveria parecer grandioso, infinito e esmagador (BRESCIANI, 1984, p.42).

Percebemos ainda a constituição do espaço no antigo Largo do Mercado. As moradias que se instalavam ao redor daquele espaço pertenciam a famílias tradicionais da cidade, certa burguesia que constituía o município, o que transparecia na suntuosidade das construções.

A década de 60 foi muito representativa e decisiva para uma possível construção de um novo Mercado para a cidade. Já nos primeiros anos, especificamente em 1964, o Brasil passa a ter um novo regime de governo: a Ditadura Militar, um período marcante no cenário brasileiro, tanto para a política como também para a vida cultural e social do País. Acreditava-se que, com os militares no poder, manter-se-ia uma ordem no Brasil, afastando-o dos males do comunismo. Para isso, tinha-se como fundamento a Doutrina de Segurança Nacional, originada nos Estados Unidos, sob uma concepção de permanente conflito e guerra entre o comunismo e os países ocidentais, mantendo uma organização no País. Nesse momento percebemos uma ideologização de um amor exacerbado à pátria, culto aos grandes heróis e vigilância em se manterem os bons costumes. Aqueles que fossem contra as políticas do regime e se manifestassem eram punidos sob forma de tortura e pressão.

Em Pouso Alegre, a imprensa pouco se manifesta, muitas vezes ocultando o que realmente estava acontecendo no País e naquele espaço urbano.

(...) marca de uma memória construída (...) sem a dimensão da experiência de homens e mulheres que agem de modo contraditório e conflituoso. Nessa construção, acredita-se, a própria ação dos homens enquanto sujeitos fica perdida, necessitando ser redimensionada (AQUINO, 1999, p.21).

Os jornais apenas noticiavam eventos marcantes que eram proporcionados pelas realizações administrativas. Um novo modo de pensar a política e a estrutura de uma cidade surgia, a grandiosidade das construções e obras deixava marcas daqueles que estavam à frente do governo. Grandes construções marcaram esse período, o prédio do Hospital das Clínicas Samuel Libânio e o Mercado Municipal.

A imprensa pouso-alegrense na década de 60 tece críticas constantes à situação em que se encontra o prédio do Mercado Municipal. Percebemos pela tonalidade que os artigos publicados exigiam uma providência urgente para uma questão que já vinha se alastrando por algum tempo. O jornal “O Linguarudo” faz uma série de críticas a vários espaços da cidade que precisam de algum melhoramento ou até mesmo da ação daqueles que estão à frente do município. Ao questionar “E o nosso Mercado?”, o jornalista, ironicamente, deixa transparecer o quanto se tornaram constantes as críticas a respeito do Mercado na imprensa. Desde o saudoso tempo em que o Dr. Vasconcelos Costa<sup>17</sup>, então Prefeito de Pouso Alegre, ampliou aquele próprio municipal, até esta data não se fez nada em que melhorasse aquele casarão<sup>18</sup>.

Passados 18 anos, na gestão de Jorge Andere<sup>19</sup> foram realizadas apenas algumas modificações, na colocação das bancas dos mercadores, colocação de vitrões em redor (alguma parte) por que já está tudo transformado. Onde deveria ser colocado [sic] os vitrões, uns fazem paredes, outros fecham com tábuas, etc. Percebemos que cada administrador realizou alguma obra, porém o jornal chama a atenção para a questão da limpeza, dizendo que por longos anos o Mercado passou sem uma limpeza decente, todo cheio de goteiras na seção de verduras, os peixes são vendidos do lado de fora sem um abrigo de sol e chuva quando podia ser ampliado do lado da frente<sup>20</sup>. E para finalizar aquela matéria, a questão higiênica entra novamente em foco, (...) não vamos tocar no assunto da privada, isso cabe ao serviço sanitário fazer uma visitinha ali com máscara contra gaz [sic], sinão [sic]... não suporta chegar ali.

No artigo “E o nosso Mercado”, é chamada a nossa atenção para a insistência da cobrança dos melhoramentos e de uma reforma geral no recinto do Mercado. Fala-se em pequenas reformas, melhoramentos ou até mesmo reparos, muitas vezes desnecessários, porém o jornal ainda bate na questão da limpeza do prédio, demonstrando um possível descaso do poder público com aquele espaço. Ao se tratar do Mercado Municipal, sua demolição irá ocorrer no início da década de 70. Porém, já

---

<sup>17</sup> José Antônio de Vasconcelos Costa, prefeito de Pouso Alegre, no período de 1941 a 1943. Nasceu em Sete Lagoas (MG), em 1916. Advogado e escritor, nomeado prefeito dos municípios de Pouso Alto e São Sebastião do Rio Verde, advogado da justiça militar da força Policial do Estado, consultor jurídico do Comando Geral. Nomeado prefeito de Pouso Alegre em 1941 e posteriormente removido para a prefeitura de Uberlândia.

<sup>18</sup> O Linguarudo, Ano XXVI, nº 449, p.4, 25 de dezembro de 1966.

<sup>19</sup> Jorge Antonio Andere, prefeito de Pouso Alegre nos períodos de 1959 a 1963 e de 1967 a 1969. Nasceu em Kfour El Árabe (Líbano), em 1914, e faleceu em Pouso Alegre, em 1977. Naturalizou-se brasileiro em 1936. Contador, comerciante, proprietário de posto de combustível e representante Ford, eleito prefeito por duas vezes, tendo o segundo mandato interrompido (cassado em 1969).

<sup>20</sup> O Linguarudo, Ano XXVI, nº 449, p.4, 25 de dezembro de 1966.

no final da década de 60, circulavam nos órgãos de imprensa críticas sobre a realidade do espaço naquele momento.

À medida que o tempo vai passando, as cobranças vão se tornando ainda mais severas, classificando o Mercado como a vergonha da cidade. A imprensa já se pronunciou diversas vezes sobre o Mercado Municipal. Foram veiculadas *“críticas e sugestões já foram ventiladas por todos. Projetos foram estudados e soluções planejadas. Descentralização... mercadinhos... supermercado e outros “bichos” foram criados no papel”*<sup>21</sup>. Porém, a situação financeira da administração não era tão boa, por isso teriam que manter o prédio como estava. A imagem que o jornal nos passa era de um prédio totalmente abandonado pelos poderes públicos, e quem passava por aquela região sentia o *“mau cheiro nauseabundo que dali se desprende, exalado de um mictório que a saúde pública já devia ter fechado e que não tem nenhuma serventia a não ser para contaminar e infestar seus usuários, se é que alguém o utiliza”*<sup>22</sup>. O artigo mostra o inconformismo com um suposto descaso da prefeitura com o espaço do Mercado, chamando a atenção dos poderes públicos para que tomem conhecimento da situação: *“caiação; uma limpeza diária; construção de um mictório decente; uma fiscalização mais rigorosa, enfim, uma simples reforma que visasse apenas a solucionar o problema da higiene”*<sup>23</sup>.

A *“Folha de Pouso Alegre”* ressalta a situação em que se encontrava o prédio do Mercado Municipal, principalmente também na questão da limpeza e da higienização, assunto discutido também nos diversos jornais da cidade, chegando a ser alvo de ironia, como se encontra na coluna *“Mosaico”* do Jornal de Pouso Alegre. Ela se refere à sujeira do Mercado, onde até mesmo *“já está sendo estudo dos químicos que vêm [sic] com bons olhos o aproveitamento de tanta sujeira, para a fabricação de adubos e fertilizantes”*<sup>24</sup>. Estando o prédio em estado de abandono pelos poderes públicos, surgem propostas de mudança de local ou descentralização do espaço, pois era seria considerado inadequado esteticamente para a composição do centro da cidade, onde, *“as conquistas do urbanismo conferiram uma aparência nova aos edifícios para moradia completados por seus prolongamentos, aos centros de negócio ou a uma parte dos locais de trabalho (...) colocando o homem finalmente a serviço do seu próprio bem-estar e de sua satisfação estética”* (GUINSBURG, 2000, p 39-41). Entendemos que as formas estéticas são colocadas a serviço do próprio homem, como algo que o

---

<sup>21</sup> A Folha de Pouso Alegre, Ano I, nº10, p. 1, 09 de novembro de 1969.

<sup>22</sup> Id, loc. cit.

<sup>23</sup> Id, loc. cit.

<sup>24</sup> O Jornal de Pouso Alegre, Ano I, nº 10, p.1, 9 de novembro de 1969.

completa enquanto sujeito de uma sociedade que se faz presente nos diversos espaços da cidade. Assim como o espaço se torna uma extensão da economia, pois a aparência de um devido local atrai mais pessoas.

No início da década de 70, o antigo prédio do Mercado estava sendo alvo de muitas críticas, como veicula o “O Linguarudo”, que já se pronunciava por diversas vezes sobre “o estado em que se encontrava aquele próprio municipal, sujo, com 43 barraquinhas em redor e na frente, sem que a atual administração pudesse dar um fim naquela favela”<sup>25</sup>.

Além das vendas dentro do estabelecimento do Mercado, era realizado também um comércio informal na parte de fora do espaço, como também em alguns pontos centrais da cidade, sendo alvo de diversas críticas provindas principalmente dos comerciantes. Tais reclamações se acentuam mais no final da década de 50. Numa atitude de incômodo, “como se não bastassem os vendedores ambulantes com mercadorias espalhadas pelos passeios, os bancos e cadeiras, os vendedores de frutas, agora também os passeios servindo de tulhas”<sup>26</sup>, supostamente atrapalhavam o comércio dos estabelecimentos.

Em outra chamada percebemos a que ponto chega a ironia, quando em um tom de provocação o jornal convoca “Camelôs, ou melhor, vendedores ambulantes... venham todos para Pouso Alegre, por que isso aqui é o verdadeiro SHANGRI-LÁ... que o diga o Banco Hipotecário que vai abrir outra porta de entrada”... dando-nos a ideia de que a cidade estava sendo invadida pelas pessoas que ganham a vida com o do comércio informal. O jornalista deixa ainda bem claro que havia uma pressão dos comerciantes para a saída dos supostos camelôs, quando deixa transparecer um pedido para que se tomem providências quanto “ao uso dos passeios de nossa bela cidade, pelos mascates e vendedores ambulantes que tanto deturpam os nossos foros de cidade civilizada e ainda prejudica o nosso comércio”<sup>27</sup>.

Já no início da década de 70, na administração do prefeito Antônio Duarte Ribeiro<sup>28</sup>, o Mercado sofre uma reforma geral, sendo totalmente reconstruído e ampliado até a Praça Dr. José Garcia Coutinho. Segundo o jornal “A Folha de Pouso Alegre”, outro periódico da cidade, 90% da população eram contra a reforma e

---

<sup>25</sup> O Linguarudo, Ano XXIX, nº 739, capa, 30 de maio de 1970.

<sup>26</sup> Informativo Pousoalegrense, Ano II, nº XXIII, p.3, 25 de maio de 1958.

<sup>27</sup> Id.

<sup>28</sup> Antônio Duarte Ribeiro, vice-prefeito de Jorge Antônio Andere, que assumiu a administração municipal em 1º de maio de 1969 em virtude da cassação do titular do cargo pelo movimento revolucionário, permanecendo até 31 de janeiro de 1971.

ampliação do prédio no mesmo local. Realizou-se, no entanto, um abaixo-assinado<sup>29</sup> que contou “com mais de 3000 assinaturas”, e que “solicitava à Administração que o Mercado continuasse no mesmo local anterior, enquanto um abaixo-assinado de 39 cidadãos solicitava a transferência do Mercado”<sup>30</sup>. Tendo sido aprovada pela população, a demolição do Mercado se inicia em meados da década de 70. Aquele espaço, que por muitas décadas foi o ponto de sociabilidade, se torna um espaço vazio, composto de ruínas, que por muitos anos, abrigaram diversas memórias e acontecimentos.

A busca pelo novo, pelo moderno são termos e realizações utilizados pelas classes hegemônicas e que justificaram transformações que não foram de encontro com a maioria da sociedade. Tais feitos, quaisquer que sejam os interesses dos grupos dominantes, tudo se justifica ideologicamente (FENELON, 2004, p.51).

Nenhum órgão impresso nessa época publicou a imagem, apagando a memória do antigo prédio, que por muito tempo fora alvo de críticas e disputas sociais. As notícias e artigos jornalísticos nesse momento apenas vão veicular informações sobre os benefícios que trariam o novo prédio, seu aspecto funcional e estético, tecendo ainda elogios à administração.

O Jornal “O Linguarudo” aponta a situação em que se encontrava o espaço em torno do Mercado, necessitando também da colaboração daqueles que habitavam ao redor. Percebemos que o periódico exalta a administração, quando se refere ao novo prédio “que será sem dúvida o mais belo do Sul de Minas”<sup>31</sup>. A intenção era ressaltar as grandes obras e os benefícios que o governo, submisso aos militares, realizava naquele momento. Chamava-se a atenção daqueles que residem próximo ao Mercado, “para que cooperassem para o embelezamento daquela via pública, obedecendo a Lei da Prefeitura que obriga a construção de muros e passeios”<sup>32</sup>, encontrando uma certa resistência, pois esses habitantes “não estavam de acordo que se construísse o mercado no mesmo local, e que ali devia ser o prolongamento da Avenida Duque de Caxias”<sup>33</sup>.

Ao ler esta matéria, notamos o apelo às pessoas residentes no entorno do Mercado, levando-nos a pensar que não seria apenas o prédio daquele Municipal que

---

<sup>29</sup> Este abaixo assinado se encontra nos arquivos do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

<sup>30</sup> A Folha de Pouso Alegre, Ano I, nº 28, capa, 9 de maio de 1970.

<sup>31</sup> O Linguarudo, Ano XXIX, nº 741, p.5, 31 de agosto de 1970.

<sup>32</sup> Id, loc. cit.

<sup>33</sup> Id, loc. cit.

estava inadequado à estética urbana que propunha o pensamento da época, mas as propriedades daquele espaço também contribuíam para a imagem relatada pela imprensa. As famílias que ali residiam eram tradicionais, pessoas de posse, com interesses em alguns aspectos da cidade. Ao mesmo tempo em que o discurso cobra a limpeza e certo padrão estético, tais famílias não se preocupavam com o espaço em frente às suas próprias moradias, sugerindo até que se mudasse o prédio do Mercado para outro local.

A reconstrução do novo prédio fora iniciada no início da década de 70. A notícia “Mercado em Reforma” defende a sua remodelação, pois já era veiculada a situação vergonhosa em que se apresentava o local. Uma das primeiras providências tomadas fora sua transferência para o prédio dos irmãos Mariosa, “antiga Fábrica Mariosa, onde funcionará provisoriamente até que as obras de remodelação estejam completas”<sup>34</sup>.

O espaço que abrigou os mercadores era um grande galpão localizado na Rua Doutor João Beraldo, em um lugar um pouco mais descentralizado para a época. Em situação precária, os mercadores realizavam seu comércio durante esse período. Em conversas informais com um dos comerciantes da época, a propriedade da família Mariosa era um rancho, onde funcionava uma fábrica, e cada um dos mercadores procurou se instalar a sua maneira para ali ficar trabalhando.

Segundo alguns jornais dessa época, a construção desse outro prédio seria um motivo de orgulho para a cidade e sua população, pois no lugar de uma simples reforma e limpeza, o prédio seria todo remodelado. Contudo, ao se resignificar aquele espaço, muitas memórias abrigadas foram apagadas. Falar dos resignificados da cidade implica estabelecer conexões variadas com a própria experiência de viver em cidades. As marcas de afetividade compõem um acervo especial aos cidadãos ao longo do tempo. Lembranças, sentidos, imagens, discursos se movimentam na memória coletiva. Essas marcas indicam códigos culturais que são carregados de conflitos, de ideologia, de resistências frente às práticas políticas que resignificam as imagens na cidade, reorganizando os sentidos pela memória hegemônica.

A reforma feita no prédio do Mercado Municipal altera radicalmente a estrutura arquitetônica do espaço. O estilo do prédio passa a ter características modernas, através de um único grande arco, abandonando os traçados clássicos que o anterior possuía. Sua estrutura passa a ser de aço e sua cobertura de telha de amianto. São colocadas duas portas, sendo que sua entrada principal passa a ser voltada para a Avenida Duque de Caxias, e a segunda para a Praça Dr. Garcia Coutinho, tomando o

---

<sup>34</sup> A Folha de Pouso Alegre, Ano I, nº 28, capa, 9 de maio de 1970.

lugar de um espaço que abrigava uma praça onde se localizava o Obelisco do Centenário da Cidade.

Com a ampliação do Mercado, o Obelisco foi demolido, gerando insatisfação de várias pessoas na cidade. Percebemos aí uma radicalização quanto à mudança do prédio, sinais de modernização do espaço. O estilo tradicional de arquitetura cedeu lugar a um modelo mais moderno e grandioso, sendo totalmente descaracterizado, mascarando assim imagens falsas de progresso. Para isso era preciso apagar aquilo que incomodava, ou seja, a imagem do antigo, do atrasado, dando lugar à imagem do moderno, sendo perceptível em vários pontos da cidade, como forma de “uma crescente disputa pela memória de (e em) vários espaços e territórios urbanos” (CAVALCANTI, 2011, p.13) pelas diferentes classes sociais. Porém, pela força do discurso dominante, a cidade vai ganhando novos traços modernos, sempre afastando aquilo que se torna um empecilho para o embelezamento progressista.

A inauguração do novo prédio se deu no dia 19 de outubro de 1970, na comemoração dos 122 anos da cidade de Pouso Alegre. Contou-se com a presença do governador do Estado Israel Pinheiro, do prefeito municipal e de autoridades locais. Em seu discurso, o prefeito Antônio Ribeiro exaltou as boas ações do sistema, além de demonstrar fidelidade ao presidente ao dizer: “somos um governo da Revolução de 64, a ela nos integramos nos seus princípios básicos, fiéis a política de integração desenvolvida pelo nosso eminente Presidente Médici”<sup>35</sup>. Como o Brasil estava passando pelo dito Milagre Econômico, várias construções foram realizadas no país, justamente como sinal de afirmação de um governo que perseguia e oprimia.

Em Pouso Alegre, não se veem jornais que criticam o governo, apenas os que mostram as obras e seus supostos benefícios. Como percebemos, “nestes 18 meses de governo, pela segunda vez, temos a alegria de presidir as solenidades desta magna data”<sup>36</sup>, realizando a entrega de “10 escolas, 15 quilômetros de rede de água e 15 quilômetros de rede de esgoto e este funcional e modelar Mercado Municipal”<sup>37</sup>. Ao finalizar a matéria, o jornal nos apresenta os benefícios de algumas das obras empreendidas pelo governo municipal. A construção do Mercado Municipal, assim como a do Terminal Rodoviário, “carreará para o erário municipal, mais de 120.000 cruzeiros anuais”<sup>38</sup>, caracterizando-os como empreendimentos autofinanciáveis, pois

---

<sup>35</sup> Id, loc. cit.

<sup>36</sup> Id, loc. cit.

<sup>37</sup> Id, loc. cit.

<sup>38</sup> Id, loc. cit.

quando menos se esperar “ao findar de 36 meses, terá trazido de volta aos cofres municipais, os recursos gastos na sua remodelação e ampliação”<sup>39</sup>.

Esse trecho do discurso do prefeito Antônio Duarte Ribeiro, publicado no Jornal “A Folha de Pouso Alegre”, tem um caráter político, de engrandecer a forma de governo na Ditadura Militar, demonstrando fidelidade ao sistema político. Na forma do uso das palavras, dá-se a ideia da entrega de grandes obras, comparando a obra do Mercado Municipal com a da Estação Rodoviária, prestando conta de valores. O majestoso Mercado é uma obra modelo, funcional e modelar, dando mais conforto àqueles que ali frequentam e trabalham.

Podemos perceber que a cidade aos poucos vai crescendo e se utilizando de artifícios progressistas para delinear a imagem da modernidade. Os conflitos entre o rural e uma classe com mentalidade urbana, incluindo os políticos e a elite, se dão constantemente, com o propósito de se afastar aquilo que fere a estética do centro urbano ou que passe uma imagem atrasada para a cidade. A própria obra que descaracterizou o prédio do Mercado Municipal, justamente para limpar, não condizia com o harmônico que idealizavam para uma cidade que estava se modernizando. Mesmo tendo construído outro prédio com a intenção de limpar aquele espaço, os jornais continuam focados no problema da higiene que atinge o seu redor, chamando a atenção de fiscais da municipalidade e da vigilância sanitária.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Alexandre de (et al). **Memórias de Pouso Alegre**. Revista do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo. Pouso Alegre: Gráfica Amaral Editora, 2012.
- AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: **Historiografia em Perspectiva**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 1998.
- CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, nº23.1994.
- CAVALCANTI, Mariana. Ruínas Industriais e memória em uma “favela fabril” carioca. In: **História Oral**, v. 14, n. 01, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2011.
- FENELON, Déa Ribeiro (Org). **Muitas histórias, outras memórias**. São Paulo: Editora Olha d'Água, 2004.
- GUINSBURG, J. **Planejamento Urbano**, São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

---

<sup>39</sup> Id, loc. cit.

MARTINS, Ana Luiza. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista. In: **Imagens da cidade: século XIX e XX**. São Paulo: ANPUH, FAPESP, 1994.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n. 10, São Paulo, SP: PUC, 1993.

NUNES, Carla Cristiane. **Campo, cidade, urbano e rural: categorias e representações**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas fotográficas sobre a cidade. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº53, São Paulo: USP, 2007.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: **Estudos da geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Infobook, 2002.

SILVA, Ciro Augusto de Oliveira e. **A produção arquitetônica em Goiânia, e a preservação do seu patrimônio histórico**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1990.